



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0328949-6 **3ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns**

Apelante: HSBC – BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO

Apelado: LOURIVAL CORREIA DE MELO JUNIOR

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. AJUIZAMENTO INDEVIDO DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO COM EFETIVAÇÃO DE MEDIDA LIMINAR. CONTRATO PREVIAMENTE QUITADO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO.

1. A demonstração da inexistência de parcela vencida e, por conseguinte, a ausência da mora que ensejou o ajuizamento de ação de busca e apreensão de veículo é fundamento para o pedido de indenização a título de danos morais.
2. A conduta ilícita praticada pelo banco com medida liminar efetivada é suficiente para a configuração de danos morais *in re ipsa*, isento de demonstração de culpa, posto que fundado em responsabilidade objetiva.
3. É indispensável considerar as condições econômicas e sociais do agressor e do agredido, bem como a gravidade da falta cometida para o arbitramento da indenização por dano moral e, em atenção às particularidades do caso em questão, afigura-se oportuna a redução do valor indenizatório para R\$10.000,00 (dez mil reais).
4. Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 328949-6, que tem como Apelante **HSBC – BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO**, e, como Apelado **LOURIVAL CORREIA DE MELO JUNIOR**, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso interposto, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,


Stênio Neiva Coelho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0328949-6 3ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns

Apelante: HSBC – BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO

Apelado: LOURIVAL CORREIA DE MELO JUNIOR

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por HSBC – BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Garanhuns nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER, tombado sob o nº 0005814-82.2011.8.17.0640.

Da decisão recorrida: O juízo *a quo* (fls. 125/128) julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial para afastar a indenização por danos materiais e condenar o banco demandado a pagar ao autor/apelado o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) a título de reparação compensatória por danos morais, por entender que a apreensão do seu bem no seu local de trabalho causou constrangimento, vexame e humilhação, abalando significativamente a sua honra.

Da apelação: A instituição financeira apelou (fls. 135/151) alegando, em síntese i) que o pedido de indenização por danos morais deve ser julgado improcedente tendo em vista a licitude da busca e apreensão por dívida existente; ii) que inexistente prova do dano moral e de sua repercussão na integridade psíquica do autor/apelado ou consequências exteriores socialmente negativas; iii) que é imprescindível a comprovação do suposto dano suportado, sendo insuficiente a sua mera alegação; iv) que o *quantum* indenizatório deve ser reduzido e fixado em valor razoável e proporcional.

Devidamente intimado, o apelado apresentou contrarrazões às fls. 158/164 rebatendo os argumentos trazidos no recurso.

Dispensar a Revisão, nos termos do § 3º do Art. 551, CPC face ao valor atribuído à causa, inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

É o relatório. Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 3 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0328949-6

3ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns

Apelante: HSBC – BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO

Apelado: LOURIVAL CORREIA DE MELO JUNIOR

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.

VOTO

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por HSBC – BANK BRASIL S/A – BANCO MÚLTIPLO em face da sentença proferida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Garanhuns nos autos da AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER, tombado sob o nº 0005814-82.2011.8.17.0640.

O juízo *a quo* (fls. 125/128) julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial para afastar a indenização por danos materiais e condenar o banco a pagar ao autor/apelado o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) a título de reparação compensatória por danos morais, sob o argumento de que a apreensão do seu automóvel no local de trabalho causou constrangimento, vexame e humilhação, abalando significativamente a sua honra.

A instituição financeira apelou (fls. 135/151) alegando, em síntese i) que o pedido de indenização por danos morais deve ser julgado improcedente tendo em vista a licitude da busca e apreensão por dívida existente; ii) que inexistente prova do dano moral e de sua repercussão na integridade psíquica do autor/apelado ou consequências exteriores socialmente negativas; iii) que é imprescindível a comprovação do suposto dano suportado, sendo insuficiente a sua mera alegação; iv) que o *quantum* indenizatório deve ser reduzido e fixado em valor razoável e proporcional.

Uma vez presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, passo à análise do recurso.

De início, importa ressaltar que, demonstrada a inexistência de qualquer parcela vencida, é de se perceber a ausência da mora, levando este julgador a concluir que restou incontroverso nos presentes autos a ausência do preenchimento dos requisitos intrínsecos ao ajuizamento da demanda reintegratória apensa e transitada em julgado.

Neste contexto, a expedição de mandado de busca e apreensão do veículo a pedido da instituição financeira apelante, estribado em premissas falaciosas, configura, de forma evidente, a ilicitude da sua conduta.

Resta claro, portanto, que os transtornos sofridos pelo autor/apelado transcendem os meros aborrecimentos cotidianos, figurando-se além do limite de tolerância que se espera de uma instituição financeira desse porte, uma vez que submeteu o consumidor ao constrangimento de ter seu veículo apreendido de forma totalmente indevida no seu local de trabalho, sendo evidente o dano moral experimentado.

A situação dos autos em que a conduta ilícita praticada pela apelante – caracterizada pelo abuso de direito e pela negligência no ajuizamento da demanda – é suficiente para a configuração de danos morais *in re ipsa*, isento de demonstração de culpa, posto que fundado na responsabilidade objetiva da apelante.

Vejo que a jurisprudência mais recente dos Tribunais Pátrios é firme no entendimento de que o ajuizamento indevido de ação de busca e apreensão é causa suficiente para a existência de dano moral:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AJUIZAMENTO INDEVIDO DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. APREENSÃO LIMINAR DO BEM. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CRITÉRIOS. Configura dano moral indenizável o ajuizamento indevido de ação de busca e apreensão, com a apreensão liminar do bem dado em garantia no contrato pactuado pelas partes. O valor da indenização por danos morais deve ser fixado em quantia razoável, atendendo ao caráter compensatório para a vítima, punitivo para o causador do dano e compensatório para a sociedade, não podendo também ser fonte de enriquecimento sem causa.”

(TJMG; APCV 1.0210.12.006785-0/001; Rel. Des. Valdez Leite Machado; Julg. 25/04/2014; DJEMG 09/05/2014)

“APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS. JUROS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL DE COBRANÇA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. EQUILÍBRIO CONTRATUAL. VANTAGEM EXAGERADA. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES. MÁ-FÉ PROCESSUAL. MULTA. DISTINÇÃO ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO DO CDC. AJUIZAMENTO INDEVIDO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DANO MORAL IN RE IPSA. HONORÁRIOS. ART. 21, DO CPC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. [...] Não constatada a abusividade na cobrança de encargos por parte da instituição financeira, é firme a orientação jurisprudencial do C. STJ em admitir a compensação de valores e a repetição do indébito na forma simples, sem ser preciso comprovar erro no pagamento. (AGRG no AREsp 357.081/RS, Rel. Ministro João Otávio DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 07/10/2013). 6) A má-fé processual (art. 14 e 18 do CPC) não se confunde com a má-fé do fornecedor no momento da cobrança, exigida para justificar a repetição do indébito em dobro nos moldes do art. 42, parágrafo único, do CDC. 7) Ocorre o dano moral in re ipsa na hipótese em que há o ajuizamento indevido da ação de busca e apreensão, ignorando-se o fato de que o débito já se encontrava inteiramente quitado pelos contratantes. 8) Considerando-se que a ação de busca e apreensão ajuizada pelo recorrente foi julgada totalmente improcedente, nada há que alterar na sentença recorrida no que tange à condenação do recorrente em custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa. 9) Na reconvenção, contudo, verifica-se que os requeridos sucumbiram em parte aos pedidos deduzidos em juízo. Imperativa é, portanto, a incidência do art. 21, do CPC, que dispõe que os honorários e despesas serão proporcionalmente distribuídos e compensados entre as partes se cada litigante em parte vencedor e vencido. 4) Apelação conhecida e parcialmente provida para reconhecer como devidos os juros moratórios, a multa moratória e os juros remuneratórios, sendo estes devidos após o vencimento do contrato, à taxa média de mercado, desde que não supere esta o limite avençado no contrato. Fixada ainda a restituição das tarifas indevidamente cobradas no contrato na forma simples, bem como a distribuição e compensação entre as partes dos honorários e despesas referentes à reconvenção.”

(TJES; APL 0014479-40.2009.8.08.0048; Quarta Câmara Cível; Relª Desª Eliana Junqueira Munhos; Julg. 17/03/2014; DJES 28/03/2014)

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ARGUIÇÃO DE COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AJUIZAMENTO INDEVIDO. DÍVIDA INEXISTENTE. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. I. Inexistindo a triplice identidade da ação, resumida na igualdade de pedido, de causa de pedir e de partes, não há que falar em coisa julgada e em extinção do processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 267, V, do CPC. II. Restou comprovado que as causas de pedir na ação de declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais que tramitou no 3º juizado especial cível e esta demanda são diversos: no primeiro, foi a inscrição do nome da autora nos órgãos de restrição ao crédito; e, neste, foi o ajuizamento de ação de busca e apreensão de veículo, mesmo após a existência de sentença que reconhecia a inexistência da dívida, portanto, não incide a coisa julgada. III. O ajuizamento de ação de busca e apreensão de veículo, que se encontra regularmente quitado justifica o pedido de indenização a título de danos morais. IV. A fixação do valor da indenização a título de danos morais deve ter por base os princípios da razoabilidade e da

proporcionalidade, levando-se em consideração a finalidade de compensar o ofendido pelo constrangimento indevido que lhe foi imposto e, ainda, desestimular o responsável pela ofensa a praticar atos semelhantes no futuro, sem, contudo, ser fonte de enriquecimento sem causa.

(TJSE; AC 201300209574; Ac. 570/2014; Primeira Câmara Cível; Relª Desª Maria Aparecida S. Gama da Silva; Julg. 21/01/2014; DJSE 12/02/2014)

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO. PAGAMENTO DAS PARCELAS EM DIA. DANOS MORAIS E MATERIAIS OCORRÊNCIA. COBRANÇA INDEVIDA. MÁ-FÉ CONFIGURADA. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. CABIMENTO. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1.O apelante ingressou com a ação de busca e apreensão do veículo em 30/07/2008, em razão do suposto inadimplemento de parcela do financiamento, cujo vencimento era 20/10/2007, estava devidamente quitada desde 22/10/2007. A referida ação foi julgada improcedente, tendo, o Banco sido condenado em litigância de má-fé. 2.Em caso de cobrança indevida, o STJ é firme na orientação de que tanto a má-fé como a culpa (imprudência, negligência e imperícia) dão ensejo à punição do fornecedor do produto na restituição em dobro. 3.Perfeitamente caracterizados o prejuízo material suportado pelo consumidor com o aluguel de outro veículo, e o abalo moral por ele sofrido, diante da injusta e arbitrária apreensão do veículo em seu estabelecimento perante clientes e funcionários. 4.Observado o abalo moral sofrido pelo consumidor, o poder financeiro do apelante e o do apelado, tem-se por razoável e adequada a indenização de **R\$10.000,00**, fixada pelo Juízo de 1º grau. 5.Recurso improvido. Da presente decisão não resulta violação ou negativa de vigência aos artigos 5º, LXXIV, da CF; 186, 188, 877 e 927 do CC; 259, 332, 333, I e II, e 355 do CPC, aos quais ficam prequestionados.”

(TJ-PE - APL: 57859520098170480 PE 0005785-95.2009.8.17.0480, Relator: Francisco Eduardo Gonçalves Sertorio Canto, Data de Julgamento: 09/08/2012, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 152)

Portanto, não há que se falar em ausência de dano moral.

No que tange o valor da indenização, a apelante requereu a minoração do *quantum* arbitrado em R\$15.000,00 (quinze mil reais) pelo juízo *a quo*.

Entendo que compete ao julgador valer-se da teoria do desestímulo, segundo a qual o ressarcimento não deve enriquecer ilicitamente o ofendido, no entanto há de ser elevado o bastante para evitar a reincidência da prática delituosa.

A dificuldade intrínseca a tal questão reside no fato da lesão aos bens meramente extrapatrimoniais não ser passível de quantificação monetária precisa, uma vez que impossível se determinar o exato valor da honra, do bem estar, do bom nome ou da dor suportada pelo indivíduo.

Nesta linha de raciocínio, o Magistrado *ad quem* ou *a quo*, na oportunidade do estabelecimento da quantia reparatória, deve fazer uso, além de seu bom senso, dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sempre observando a gravidade do dano e a sua extensão, a condição financeira do ofensor e do ofendido.

A despeito dessa questão, os critérios a se observar, individualmente, são: i) a condição pessoa da vítima; ii) a capacidade econômica do ofensor; iii) a natureza e a extensão da dor; iv) os efeitos do dano no psiquismo do ofendido; e, por fim, v) as repercussões do fato.

Tomando por base os aspectos do caso concreto, o Juízo *a quo* não atendeu a todos os elementos acima delineados, pois considero a quantia arbitrada em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) muito acima dos parâmetros elencados.

Seguindo tal linha de raciocínio, colaciono o entendimento jurisprudencial sobre a matéria:
“ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INDEVIDO AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, COM EFETIVAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR E REALIZAÇÃO DA

VENDA EXTRAJUDICIAL DO VEÍCULO. HIPÓTESE DE DÉBITO INEXISTENTE. DANO MORAL CONFIGURADO, RELACIONADO À AFLIÇÃO E À ANGÚSTIA QUE A INICIATIVA DA RÉ CAUSOU AO AUTOR. ARBITRAMENTO QUE DEVE GUARDAR RAZOABILIDADE. NOVA FIXAÇÃO EFETUADA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. 1. Apesar do oportuno adimplemento das prestações, a financeira se propôs a ajuizar ação de busca e apreensão e, não satisfeita, efetivada a medida liminar, realizou a venda extrajudicial do veículo. Tal conduta se revelou abusiva e causou dano moral, que se revela inconteste, gerando a responsabilidade pela reparação. 2. **Procurando estabelecer montante razoável para a indenização por dano moral decorrente de indevida cobrança em nome do autor, adota-se o valor de R\$ 10.000,00 por identificar a situação de melhor equilíbrio, de modo a guardar relação com o grau da culpa e influenciar no ânimo do ofensor.**

(TJ-SP - APL: 00156940520128260320 SP 0015694-05.2012.8.26.0320, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 18/06/2013, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 19/06/2013)

“Arrendamento mercantil. Indenização por danos materiais e morais. Motocicleta do autor apreendida em sede de ação de busca e apreensão ajuizada pelo réu. Ação de busca e apreensão julgada improcedente. Retenção indevida do bem mesmo após o trânsito em julgado da sentença. Ação julgada parcialmente procedente. Danos morais fixados em R\$15.000,00. Apelação do réu. Alegada ausência de conduta culposa e falta de comprovação dos danos morais. Alegações inconsistentes que não afastam a procedência do pedido. Apreensão do bem do autor em sede de ação de busca e apreensão. Ação julgada improcedente. Retenção indevida do bem pelo réu por mais de dois anos. Quantum indenizatório. Redução. Necessidade. Obediência ao Princípio da Proporcionalidade. Dano moral fixado em R\$9.000,00. Recurso parcialmente provido. O valor do dano moral não pode servir de incentivo a novas práticas; deve compensar a vítima de forma satisfatória sem configurar fonte de enriquecimento ilícito.”

(TJ-SP - APL: 00097939620118260318 SP 0009793-96.2011.8.26.0318, Relator: Francisco Occhiuto Júnior, Data de Julgamento: 03/04/2014, 32ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/04/2014)

“CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO AJUIZADA EM FACE DA AUTORA E INSCRIÇÃO INDEVIDA DO SEU NOME NOS CADASTROS DE INADIMPLENTES. INEXISTÊNCIA DE MORA. ABALO DE CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. REPARAÇÃO FIXADA À LUZ DA RAZOABILIDADE. A autora demonstrou que não estava em mora e que era equivocado o ajuizamento da ação de busca e apreensão contra ela movida e que era indevida a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Essas circunstâncias lhe trouxeram humilhação, ofensa aos sentimentos pessoais e violação da intimidade que devem ser indenizados por danos morais. O valor da reparação fixado na r. sentença em R\$ 5.000,00, revela-se suficiente, não comportando alteração. Apelação não provida.”

(TJ-SP - APL: 00148528820128260008 SP 0014852-88.2012.8.26.0008, Relator: Sandra Galhardo Esteves, Data de Julgamento: 12/06/2013, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/07/2013)

Sendo assim, tomando por base as particularidades do caso concreto, julgo adequada a redução da quantia arbitrada para R\$10.000,00 (dez mil reais), já que proporcional ao abalo sofrido e condizente com as diretivas expostas acima.

À luz de tais considerações, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao presente recurso de apelação apenas para reduzir o *quantum* indenizatório para dez mil reais, mantendo incólume a sentença guerreada em seus demais termos.

É como voto.

Recife,


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator